



## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

**Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA)<sup>1</sup>**

**Vívian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA)<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O aparecimento da temática ambiental tem sido constante nos conflitos de luta pelo acesso a terra. Ora presente em assentamentos de reforma agrária por todo o país, tais conflitos colocam a questão ambiental como um elemento importante no aprendizado e prática dos diversos atores sociais envolvidos, como agricultores assentados, instituições do poder público e movimentos sociais.

A reflexão acerca da sustentabilidade ambiental no âmbito da reforma agrária traz mais um elemento representativo da complexidade dos assentamentos rurais, resultantes da ação organizada de trabalhadores rurais em torno da conquista da terra e da ação transformadora sobre a natureza na construção destes espaços.

O presente trabalho terá por objetivo estudar a sustentabilidade ambiental e social da agricultura familiar em assentamento de reforma agrária, detende como estudo de caso o assentamento Canudos, ora localizado na Fazenda Palmeiras situada no município de Guapó, Goiás, com intuito de diagnosticar possíveis entraves quanto ao desenvolvimento sustentável e a promoção da soberania alimentar.

**PALAVRAS CHAVE:** Agricultura familiar. Soberania alimentar. Assentamentos. Indicadores de sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Mestranda (Ciências Ambientais, UniEVANGÉLICA, Brasil). E-mail: kellynoroes@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora (Ecologia, UNB, Brasil). E-mail: vsbraz@gmail.com

# INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe a compreender os diferentes modelos de desenvolvimento do campo promovidos pela agricultura familiar em assentamentos rurais e pelo agronegócio. Tomando como referencial o conceito de soberania alimentar apresentado pelo movimento internacional de coalizão global de movimentos camponeses La Via Campesina, como sendo o direito dos povos de produzir, distribuir e comercializar seus próprios alimentos de acordo com suas práticas e hábitos culturais, prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001).

No Brasil um dos grandes representantes da Via Campesina é o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) que utiliza a ocupação como tática de luta pela terra, esses atos em regra são organizados por camponeses (CPT, 2016).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de agricultura e desenvolvimento rural sustentável originou-se de uma reunião da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 1991), da seguinte forma:

O manejo e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável na agricultura, na exploração florestal, na pesca, resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (FAO, 1991, apud STOFFEL, 2004, p. 49).

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, posto que desde os anos 90 vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, ora apoiada pelas agências multilaterais, como a FAO e o Banco Mundial (Olalde, 2017).

## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

Contudo, não se pode afirmar que a agricultura familiar tenha sido reconhecida como prioridade pelos governos, haja vista que a agricultura patronal tem concentrado, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Assim, há hoje dois projetos para o campo no Brasil. O primeiro é um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado agrobusiness. Este enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio. Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento, tendo a agricultura familiar como um dos seus pilares chaves (Olalde, 2017).

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros (INCRA, 2017).

Quando falamos acerca dos eixos temáticos agricultura familiar e soberania alimentar no Brasil, é salutar resgatar a obra do geógrafo brasileiro Josué de Castro, “Geografia da fome” (1946), que consolidou o conceito de que “a fome era um problema social, resultante da forma de organização social da produção e distribuição dos alimentos”.

Sua contribuição teórica defendeu que a fome é uma questão política e está associada à múltiplas questões, como; o alimento, à políticas públicas, a modelos de desenvolvimento, às relações sociais, à tecnologia, ao trabalho, governo, campesinato, agronegócio, agroecologia, biodiversidade, poluição nas suas amplas vertentes, degradação do meio ambiente, entre tantos outros, sendo portanto, um tema multidisciplinar.

Ainda nesse viés advertia Jose Martí apud Campos (2007), já no início do século XX, em relação a dependência da América Latina face aos capitais estrangeiros: “Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência!”

## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

A questão agrária brasileira, tem sua origem na estrutura fundiária prevalecente do modelo colonialista, cujas características mais marcantes foram: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. (CARMO, 2000).

Tal entendimento contraditório quanto à produtividade da terra ainda permanece, sendo certo, que não atende todos os requisitos elencados na nossa Constituição Federal em seu artigo 186, que esclarece que não basta tornar a terra produtiva (plantar) e necessário produzir de forma racional e adequada, cite-se:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Outrossim, a alimentação que advém da produtividade da terra é premissa basilar para a existência e preservação da vida, sendo um direito humano fundamental (COCA, 2016).

Segundo dados do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro é produzido pela agricultura familiar (MPA, 2016). Portanto, são os pequenos/as agricultores/as que alimentam o país, somam cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares (cerca de 86% do total), que dependem de sua produção para a sobrevivência e ocupam apenas 17% da soma de propriedades rurais (até 100 hectares). Do outro lado, fazendas com mais de mil hectares representam apenas 1,8% das propriedades e concentram 52,2% da área total; são, em sua maioria, improdutivas, e as poucas que produzem utilizam suas terras para o monocultivo de produtos (soja, milho, eucalipto) que servirão para abastecer o mercado externo (IBGE, 2016).

O MPA destaca ainda que a agricultura familiar emprega 74% da mão-de-obra do campo, portanto, se houvesse mais investimentos governamentais na produção com base agroecológica (que envolve desde a redistribuição de terras, os insumos, a distribuição e o consumo) e na estruturação do campo (contra o fechamento das escolas, por postos de saúde e abertura de vias de acesso para escoamento da produção), certamente teríamos uma alternativa de emprego e qualidade de vida para parte da população brasileira – além de evitar o êxodo rural, que sempre ocorre em momentos de crise (MPA, 2016).

## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

Evidência-se atualmente uma dicotomia, pois segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2017) 795 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo, ao passo que a produção agrícola é suficiente para alimentar toda a humanidade. Enquanto nos países subdesenvolvidos/pobres pessoas vivem em situação de extrema miséria, nos países considerados desenvolvidos/ricos pessoas encontram-se acima do peso, devido ao consumo exarcebado de alimentos com baixo valor nutricional como frituras e processados, logo, podemos considerar que se produz e se consome de forma inadequada.

Logo, o objetivo é discutir a agricultura familiar nos assentamentos rurais em Goiás, utilizando como estudo de caso o assentamento Canudos<sup>3</sup>, localizado na Fazenda Palmeiras com área de cerca de 13.000 hectares, situada no município de Guapó, Goiás, como também a expansão do agronegócio nessa região, e sobretudo os impactos socioambientais para agricultura camponesa.

Analisar as problemáticas supostamente inseridas nesse contexto como; degradação ambiental, diversidade alimentar, conflitos territoriais, relação de trabalho e emprego, êxodo rural e seus reflexos nos centros urbanos, fatores que podem, casos constatados, diminuir as possibilidades de estabelecimento da soberania alimentar na região.

Verificar ainda os indicadores de sustentabilidade ambiental e social presente nesse assentamento, como; uso do solo, mão de obra, acesso a bens, serviços e ao crédito pelo produtor, nível de escolaridade de pais e filhos presentes no assentamento, áreas florestadas ou em regeneração nas unidades de produção agrícolas, formas de distribuição e comercialização dos produtos, o uso de insumos agrícolas e industriais, mecanização, participação em associações, cooperativas e movimentos sociais, remuneração obtida pelos membros da família fora da unidade de produção agrícola (aposentadoria, bolsa família, venda da força de trabalho temporária) e com base nesses resultados buscar identificar possíveis entraves ao desenvolvimento sustentável da produção familiar no assento rural.

---

<sup>3</sup>O nome do assentamento faz referência a guerra de Canudos que foi resultado de uma das mais expressivas manifestações camponesas ocorridas no Brasil, mais especificamente, no sertão da Bahia, na comunidade de Canudos, entre 1893 e 1897, liderada pelo beato Antônio Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, reunindo uma expressiva população que fora dizimada pelas tropas do governo brasileiro.

# **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

## **MÉTODOS**

Pretende-se realizar uma pesquisa de caráter exploratório, apresentado como métodos de pesquisa a bibliográfica e documental, utilizando como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com pequenos produtores rurais, agricultores assentados, lideranças de movimentos organizados (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Comissão Pastoral da Terra), cooperativas e sindicatos rurais e consultas a bancos de dados de instituições (EMATER, EMBRAPA, INCRA), com intuito de se obter informações de como a agricultura familiar está distribuída, suas principais atividades, sua forma de produção, distribuição e comercialização de alimentos e sua relação com o agronegócio.

Também será realizada uma pesquisa de campo, com a elaboração de questionários que visam proceder a observação de indicadores de sustentabilidade ambiental e social.

## **RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA, existem em média 09 (nove) milhões de assentamentos em todo país, e em Goiás a média de 291 (Duzentos e nove em um), detendo uma produção agrícola diversificada, ou seja, desenvolvimento tanto da pecuária quanto da agricultura, para o autoconsumo familiar e comércio.

Às formas de apropriação social da natureza pelos agricultores assentados representam um ingrediente adicional na expressão de interesses distintos nas disputas pela terra, tais conflitos colocam a questão ambiental como um elemento importante no aprendizado dos diversos atores sociais (MST, MSTR, CPT, ONGs, instituições do poder público e agricultores assentados) envolvidos nestas experiências (CURADO, 2006).

O estudo de caso a priori a ser desenvolvido será no assentamento Canudos, localizado na Fazenda Palmeiras, situada entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, na Microrregião do Vale do Rio dos Bois, a cerca de 70 (setenta) quilômetros de Goiânia, capital de Goiás. É atravessada, portanto pelo Rio dos Bois e seus tributários (ribeirões Sucuri, dos Pereira e da Posse, dentre outros vários córregos e nascentes) sendo uma sub-bacia (assim como o rio Piracanjuba) da bacia do rio Paranaíba (Paraná-Prata) (O POPULAR, 12/10/97 apud CURADO, 2006).

# INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

Com área de 13.000 (treze) mil hectares, abriga em média 343 (Trezentos e quarenta e três) famílias, a Fazenda Palmeiras se destaca por abrigar a segunda maior Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN do estado, com 2.178 hectares de mata. Na produção agrícola se destaca a produção do algodão, soja e lavouras em vários pontos da Fazenda (CURADO, 2006).

Espera-se com a pretensa pesquisa verificar e analisar indicadores ambientais e sociais de sustentabilidade em assentamentos rurais em Goiás como; uso de agrotóxicos, produção de insumos e técnicas agroecológicas, uso dos recursos hídricos, manejo técnico do solo e outros já citados alhures, e com base nesta análise realizar uma discussão acerca da ideia de soberania alimentar, de maneira a oferecer subsídios para o seu desenvolvimento.

Buscar compreender acerca dos debates sobre sustentabilidade ambiental e social na complexidade dos assentamentos rurais na construção de um espaço de vida e produção.

Pensar em políticas públicas que possam contribuir para a incorporação de uma sustentabilidade sensível a realidade sócio-cultural local (saberes ambientais).

Por fim, pretende-se levantar se a agricultura familiar pode ser implementada de forma sustentável ambiental, econômica e social em assentamentos rurais, “[...] sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade geracional, ao preservar as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão” (BOFF; BETTO; BOGO (2001, p. 14) apud LEONEL JÚNIOR (2016, p. 110), situação que conduz a promoção da soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMPOS, C e CAMPOS, R. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil**. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (68). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>> [ISSN: 1138-9788]>. Acesso em: 20 jan. 2017.

## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

CARMO, R. B. A. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahia Agrícola**, Salvador, v.4, n. 1, nov. 2000.

CASTRO, J . **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo**, Presidente Prudente, Revista NERA, edição nº 32, p. 14-33, 2016.

CURADO, F. F. **‘Esverdeando a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no Estado de Goiás’**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília; Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em 16 de junho de 2017.

FAO – **Food And Agriculture Organization Of The United Nations**. Roma, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **Agronegócio e Reforma Agrária**, artigo publicado na página do MST. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria\\_Bernardo.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina**: international peasant movement. Disponível em: <<http://viacampesina.org>>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **Direito à agroecologia**: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável. Curitiba, Prismas, 2016.



## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GUAPÓ-GOIÁS.**

Kelly Teixeira Norões (UniEVANGÉLICA); Vivian da Silva Braz (UniEVANGÉLICA).

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.** Revista Embrapa, Brasília, 2017.

STOFFEL, JAIME ANTONIO. **A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NO OESTE DO PARANÁ.** 2004. 127 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE -, TOLEDO, 2004.